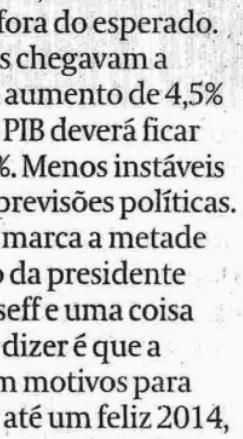


Política**Ventos a favor de Dilma, com ou sem pibão****Cristian Klein**

Se o Brasil terá um pibinho ou um pibão em 2013, é difícil prever. Analistas costumam cravar nas casas decimais um crescimento da economia que pode se revelar, ao fim e ao cabo, totalmente fora do esperado. Consultorias chegavam a apontar um aumento de 4,5% em 2012 e o PIB deverá ficar abaixo de 1%. Menos instáveis têm sido as previsões políticas. O ano-novo marca a metade do mandato da presidente Dilma Rousseff e uma coisa que se pode dizer é que a petista já tem motivos para comemorar até um feliz 2014, quando, ao que tudo indica, concorrerá à reeleição.

Dilma abre o terceiro ano de governo com uma combinação de fatores econômicos e, principalmente, políticos que lhe deixam numa situação bastante favorável. Há a ameaça constante de contaminação da crise dos Estados Unidos e da Europa, o crescimento da economia nacional é baixo, mas a situação de pleno emprego e a manutenção do poder de consumo têm pesado mais na balança. A aprovação ao governo Dilma, de 62%, supera com folga à obtida por Lula, 41%, e Fernando Henrique Cardoso, 47%, no segundo ano do primeiro mandato dos dois ex-presidentes.

Muito pode acontecer até 2014, a eleição parece longe, mas o tempo político exige a antecipação dos movimentos em pelo menos um ano, devido ao prazo de filiação partidária. A entrada ou não de Marina Silva no páreo, por exemplo, deve ser definida neste mês. Caso queira fundar um novo partido, a ex-senadora que surpreendeu em 2010, com 20% dos votos, precisa agir rápido para mobilizar seu grupo/movimento, reunir quase meio milhão de assinaturas e obter o registro até outubro.

PSD e PSB grudam no governo ao se armar tabuleiro para 2014

A participação de Marina é uma incógnita que pode ter algum efeito sobre o resultado da disputa, mas não deve ser nem sub nem superestimada. Tende forçar, no máximo, como em 2010, à realização de um segundo turno no qual Dilma permanece favorita.

Pelo menos duas razões alimentam o favoritismo. Em primeiro lugar, a presidente encontrará uma oposição mais enfraquecida. O PSDB, principal legenda adversária, tem o desafio de reunir suas hostes em torno do senador Aécio Neves. O ex-governador de Minas encontra dificuldade de empolgar o QG do partido, desde sempre concentrado em São Paulo. Os tucanos têm ainda problemas crônicos no terceiro maior colégio eleitoral do país, o Rio de Janeiro, a ponto de cogitar saídas heterodoxas para criar um palanque no Estado. Transferir o título do ex-governador de São Paulo José Serra para o Rio, lançar o apresentador de TV Luciano Huck ou economistas da era FHC sem carreira política dão a medida da escassez de alternativas do PSDB.

O racha no DEM, segunda maior sigla de oposição, não só dividiu os adversários, como trouxe um naco relevante deles para o campo governista.

Liderada pelo agora ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, sob a bandeira do recém-criado PSD, uma nova tropa aderiu à já ampla coalizão que sustenta a presidente.

De tão grande, esta coalizão passou todo o ano de 2012 sob o risco de esgarçamento. Nos dois últimos meses, porém, Dilma recebeu indicações de que seu exército marchará unido. É a segunda razão para o favoritismo.

O emergente governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), deixou de lado seu discurso ambíguo, afirmou que não será candidato em 2014 e apoiará a reeleição da presidente. É uma declaração que deixa o cenário ainda mais claro e favorável à Dilma, uma vez que também se especulava sobre a possibilidade de Campos romper com o governo federal e unir-se a Aécio Neves. Não o fará. Seja pela expectativa de ser apoiado ou se ver livre de compromissos com o PT, em 2018, seja porque atualmente enfrenta resistências dentro do próprio partido, a começar pelos irmãos Ciro e Cid Gomes — ex-atual governador do Ceará — que hipotecam apoio a Dilma.

Ao mesmo tempo, a presidente amarra o PSD. Apesar de criado para fazer a transposição de oposicionistas em direção à base do governo, nada garantia que Kassab e sua turma dessem meia volta a voltar. Mas as tratativas para a entrada do partido no ministério grudam os pessedistas à administração do PT justamente no momento em que se arma o tabuleiro para 2014. Até a senadora ruralista Kátia Abreu (TO), única com condições de desafiar Kassab no PSD e crítica ferrenha durante o governo Lula, está na órbita de Dilma Rousseff.

A adesão do PSD tornou-se uma necessidade ainda maior para a sobrevivência da liderança partidária do ex-prefeito depois da derrota nas eleições municipais, quando sua administração foi reprovada e seu candidato, Serra, saiu derrotado.

As eleições locais, embora não sejam preditores para a disputa presidencial, deram a medida da correlação de forças. E as siglas de oposição, no geral, minguaram. O PSDB perdeu quase cem prefeituras e o DEM, mais de 200. Legendas aliadas ao governo federal, mas ideologicamente distantes do PT, como PR, PP e PTB, deixaram juntas o poder em mais de 300 municípios. Ao todo, as cinco siglas perderam 631 cidades, número semelhante às 684 ganhas a mais por PT e PSB somadas às conquistadas pelo novato PSD.

Isso mostra que o impacto do julgamento do mensalão nos resultados foi não apenas nulo, como não evitou a vitória mais cobiçada pelo PT, que elegeu Fernando Haddad, em São Paulo. Para piorar, a pressão da opinião pública — ou pelo menos a atenção — nos próximos meses foi empurrada para o lado da oposição, que se verá às voltas com o julgamento do mensalão mineiro, do PSDB, como prometeu o STF.

Por fim, o vento sopra a favor da reeleição quando entram na conta atores da sociedade civil como os sindicatos e o empresariado. Os primeiros não se sentem tão representados quanto na era Lula, mas suas preferências estão longe da agenda da oposição. Já os empresários, sobretudo os da indústria, tiveram suas demandas atendidas pelo Executivo, especialmente na cruzada pela redução da tarifa de energia elétrica. A luta de Dilma em prol da energia barata foi saudada em generosos anúncios publicitários pelas federações das indústrias de São Paulo (Fiesp) e do Rio (Firjan). É mais um sinal de que a presidente rumará para a sucessão tão ou mais forte que seus antecessores — mesmo que não venha o “pibão grandão” que Dilma pediu no Natal.

Cristian Klein é repórter de Política. Escreve mensalmente às quintas-feiras
E-mail cristian.klein@valor.com.br